

Os jornalistas portugueses

Da recomposição social aos processos de legitimação profissional

Luís Garcia*

José Castro**

Resumo: Este artigo procede a uma análise de âmbito fundamentalmente descritivo e sociodemográfico dos jornalistas portugueses. *Quanto são, quem são, onde estão, como são* e, por outro lado, *que posições manifestam quanto aos princípios ético-deontológicos enquadramentos da sua profissionalidade*, têm sido até hoje questões, em larga medida, de resposta desconhecida. *A análise do subsistema dos agentes produtores da informação*, na medida em que constitui um componente fundamental do sistema dos media em conjunto com os subsistemas *empresarial, discursivo* e dos *públicos/audiências*, permite caracterizar uma das vertentes fundamentais do estado e das transformações recentes da comunicação social portuguesa.

Foram duas as fontes utilizadas que permitiram o presente estudo, predominantemente empírico, do grupo profissional dos jornalistas portugueses: a base de dados do Sindicato dos Jornalistas e, principalmente, os resultados do 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses. Iniciado no seminário de Sociologia da Comunicação da licenciatura em Sociologia do ISCTE a partir de um protocolo com o Sindicato dos Jornalistas, a primeira fase do estudo consistiu na realização de um inquérito nacional aos jornalistas, o primeiro a ser efectuado neste corpo profissional, o qual detém um papel central na produção simbólica na actual sociedade portuguesa¹.

Para esse efeito, o inquérito foi aplicado a uma amostra representativa dos jornalistas portugueses² com o propósito de traçar os elementos sociográficos fundamentais, as eventuais linhas de diferenciação e segmentação internas, o posicionamento sobre os princípios ético-deontológicos que norteiam o jornalismo em Portugal — objectivos que se dão conta neste artigo —, captar as estratégias profissionais dos jornalistas e as aspirações e expectativas que revelam em relação ao exercício da profissão e à sua situação laboral³.

* Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador no CIES.

** Coordenador pedagógico da EPAOE

O artigo desenvolve-se em cinco fases. Começa-se por propôr (I) uma sumária argumentação do interesse teórico em estudar os jornalistas e por apresentar os elementos centrais enquadradores das mudanças ocorridas nestes profissionais, para de seguida (II) apresentar a caracterização sociodemográfica dos jornalistas. Após esta análise (III) são estudadas as condições sociais do exercício da profissão, descrevendo-se depois (IV) as eventuais linhas de estratificação interna dos jornalistas. Na parte final (V) dá-se conta das representações dos jornalistas sobre o seu quadro normativo ético-deontológico.

Antes de se apresentar e analisar os principais resultados referentes à composição e trajetória social, evidenciemos então, ainda que sumariamente, o interesse teórico em estudar os jornalistas portugueses e em considerar alguns elementos centrais caracterizadores das mudanças no sistema dos *media* em Portugal.

I. Da definição sociológica da profissão de jornalista às principais linhas de mudança no sistema dos *mass media* em Portugal

1. Os jornalistas produtores de opinião pública

Os *meios de comunicação social (m.c.s.)* têm sido objecto de intenso debate nos mais diversos quadrantes da vida social. Contudo, mesmo nas discussões de âmbito científico, os jornalistas tenderam, durante muito tempo, a ser relegados para um plano secundário, sendo considerados comparsas menores no jogo de relações de força entre as estruturas de poder, os *m.c.s.* e o público consumidor em geral. Apesar dos constrangimentos externos que são exercidos sobre os *media*, a *informação de massas* ou a *informação pública* é, porém, o resultado objectivo do trabalho do grupo profissional dos jornalistas. Nos últimos anos, a investigação em comunicação (Tuchman, 1978; Golding e Elliot, 1979; Gans, 1979; Wolf, 1985; Grossi, 1985; Saperas, 1987; Paquete de Oliveira, 1988) tem vindo a defender o papel fundamental que os jornalistas representam nas sociedades contemporâneas, *considerando-os como um protagonista cuja centralidade releva da sua capacidade em transmitir uma forma de conhecimento, a informação pública, que se considera socialmente relevante.*

Segundo as mais recentes perspectivas da investigação nesta área, nas actuais sociedades, os *m.c.s.* devem ser entendidos como aparelhos sociais institucionalizados, nos quais os jornalistas desempenham certas práticas profissionais e papéis que os legitimam para a realização de rotinas de produção do conhecimento quotidiano sobre a realidade. Aquilo que é próprio do profissional da comunicação (Grossi, 1985:383) remete para o papel *socialmente legitimado e institucionalizado* — devido a competências reconhecidas e reconhecíveis no interior dos aparelhos produtivos especializados — para *construir a realidade social* enquanto realidade *pública e colectivamente relevante.*

Esta definição põe em destaque o fenómeno da progressiva representação simbólica por parte dos jornalistas do que irá ser publicamente relevante, orientando-se para o público e reconhecendo este o carácter objectivamente institucionalizado do representado pela informação pública. No centro desta posição sobre a profissão de jornalista encontra-se, por conseguinte, o reconhecimento do tipo de relação mediada que se estabelece entre um actor social reconhecido como transmissor e o público. Esta relação é caracterizada por Grossi (1985: 384) da seguinte maneira: " A base desta 'informação da realidade' entre jornalista e audiência fundamenta-se efectivamente num *acordo* comunicativo e numa *confiança* negociadora socialmente definidos e resultantes do facto de que a construção das realidades publicamente relevantes é atribuída através de uma competência institucionalizada precisamente aos profissionais da comunicação, os quais *devem*, por assim dizer, construir esta realidade colectiva, devem operar atribuições de sentido aos acontecimentos, aos temas, aos processos de relevância pública sobre a base dos *vínculos cognitivos* que regulam os próprios modelos de interrelação e de interacção na vida quotidiana."

A valorização do papel protagonista dos jornalistas no sistema social cruza-se, por sua vez, com os novos entendimentos desenvolvidos pelas ciências sociais do conceito de opinião pública. Ao conceito de opinião pública surgido da tradição filosófica liberal — como expressão de uma força moral e crítica em relação ao poder —, ou a partir da conceptualização de Hannah Arendt (1959) como espaço público de estruturas intersubjectivas de fala e acção como forma adequada de afirmação de uma vontade para a liberdade e a dignidade humanas, contrapõe-se actualmente uma noção de opinião pública como *tematização* da comunicação pública (primeiro com Luhmann, 1978; e seguindo esta posição veja-se Rositi, 1982 e Agostini, 1984), quer dizer, como estrutura formada pelos temas institucionalizados que obedecem a uma avaliação de relevância por parte dos meios de comunicação de massas.

Na nossa opinião, a contribuição de Luhmann é susceptível de esclarecer teoricamente algumas das formulações mais interessantes da *hipótese do agenda-setting*, nomeadamente no que se refere à análise dos quadros, regras e determinações que remetem para a selecção da agenda *sobre o que* as pessoas devem pensar e não *o que* devem pensar. Os jornalistas, embora actuando com outros *opinion makers*, como os políticos e os intelectuais, surgem nas sociedades de grande complexidade estrutural e democráticas, como os profissionais a quem cabe definir as formas predominantes da atenção pública e da simplificação/discriminação temática configuradora do "meio" opinião pública. Nas palavras de Luhmann (1993:88) "a sua função política específica reside (...) na transferência da forma de auto-observação do sistema político, para o modo reflexivo de observar os observadores". Parece ser evidente que, por exemplo, no domínio político, os *m.c.s.* e os jornalistas não se limitam a transmitir a actividade política nem a convertê-la de forma mais receptível, não detêm um papel meramente mediador mas *definidor* entre o sistema social e o sistema político. É a partir deste quadro conceptual que os jornalistas podem ser considerados como *participantes fundamentais da produ-*

ção da opinião pública, sendo responsáveis, por um lado, pela selecção de alternativas temáticas, mas, por outro, abrindo a possibilidade de exclusão de alternativas de acção por parte do poder político.

2. Alguns elementos sobre a evolução do sistema dos media em Portugal

Sendo múltiplos e complexos os elementos que circunscrevem a realidade social que rodeia os jornalistas, serão privilegiadas neste artigo, e de forma necessariamente sumária, as determinações de tipo estrutural. Estas, configuradoras do sistema da comunicação social, devem ser consideradas numa perspectiva diacrónica, visto que se inserem numa dinâmica histórica e social que marca as transformações ocorridas no interior do sistema e as relações deste com outras esferas da actividade social.

Talvez não seja, de todo, exagerado afirmar que em Portugal só recentemente se ultrapassou o processo de adaptação dos *m.c.s.* à democracia de massas, nomeadamente, às suas condições de liberdade de expressão e concorrência de mercado. As causas de um processo de transição tão longo e atribulado são múltiplas e marcam profundamente a profissão de jornalista⁴.

Mesquita (1988: 95) analisou do seguinte modo o exercício do jornalismo no período de 1974-75: "A longa vigência da censura desvalorizou profundamente a profissão de jornalista. Durante o período da ditadura não havia ensino universitário do jornalismo, a orientação dos jornais era veiculada do exterior pelos censores do regime e o próprio facto de escrever sob a vigilância da censura não constituía treino adequado para o exercício responsável e qualificado da liberdade de imprensa. O jornalismo era uma profissão de segunda, mal paga e sem prestígio social. Não seria lícito esperar que desta soma de fragilidades emergisse, por qualquer fenómeno de magia revolucionária, uma consciência profissional capaz de conquistar para a comunicação social zonas de autonomia."

Aquele quadro de desempenho profissional do jornalismo dá lugar, após o 25 de Abril de 1974, a um processo extremo de politização e partidarização, em que predominava um jornalismo que se assumia como porta-voz de facções políticas e sociais diversas. Por sua vez, persistia por parte do poder político uma visão instrumental dos meios de comunicação social. Só a criação de um quadro jurídico-legal pelo V Governo Constitucional de 1979, incluindo o Estatuto do Jornalismo, a Lei da Radiotelevisão e o Regulamento da Carteira Profissional, veio finalmente criar bases legais que abriram caminho à conquista de espaços de autonomia para a comunicação social.

Tal percurso não esteve isento de enormes dificuldades nem deixou de semear inúmeros cadáveres. A partir de 1976, a imprensa diária estatizada passou a viver em crise permanente. Por um lado, os jornais estatizados tiveram grandes dificuldades em adaptarem-se às inovações tecnológicas e, sobretudo, em modernizarem as pesadas estruturas burocráticas herdadas do passado. Por outro lado, esta crise foi extensiva à imprensa privada. Vários jornais diários privados nasceram e morreram sem deixar marca digna de registo. Na realidade, muitos destes jornais

como *O Dia*, *A Luta*, *O Jornal Novo*, *O Portugal Hoje* e *O Diário*, todos já desaparecidos, tinham uma orientação partidária vincada que limitava à partida a sua capacidade de expansão. *O Correio da Manhã*, dotado de outras bases financeiras e orientado para um sector específico de mercado, constitui excepção digna de nota. Em todo esse período, o único segmento de mercado em expansão relativamente contínua foi o dos semanários.

Para a crise da imprensa diária também concorreram outros elementos estruturais, nomeadamente, a baixa taxa de alfabetização ainda existente em Portugal, os reduzidos índices de leitura e o valor reduzido do PNB que influencia a escassez de verbas destinadas à publicidade, de resto, preferencialmente canalizadas pelas empresas para os meios audio-visuais.

Alguns factores recentes indiciam que a transição terá chegado ao fim, iniciando-se uma nova fase. Referimo-nos à desestatização e reprivatização de toda a imprensa, iniciada em 1988, à expansão do espaço radiofónico, à abertura da TV aos operadores privados, à criação do Estatuto da Imprensa Regional e ao desenvolvimento do ensino superior em jornalismo e comunicação social. A nova situação parece, assim, configurar-se segundo dois vectores fundamentais:

a) A implantação de uma lógica de concorrência de mercado sem entraves, em que os eventuais subsídios estatais são meramente acessórios, e os vários órgãos de imprensa escrita e audio-visual dependem da sua capacidade de se imporem no mercado pela qualidade do produto oferecido, da publicidade angariada e da existência de fortes suportes financeiros. Esta situação é caracterizada também pela progressiva concentração empresarial *multimedia* e pela participação da internacionalização dos capitais e da presença das novas formas de edição electrónica/informática. *O Público*, as mudanças ocorridas recentemente no *Diário de Notícias* e no *Jornal de Notícias*, a *TSF*, a *SIC*, a *TVI* surgem como paradigmas do novo tipo de *m. c. s.*, dotados de uma tecnologia moderna e contando com bases financeiras que permitem enfrentar dificuldades conjunturais.

b) A ultrapassagem do tradicional jornalismo opinativo e partidarizado substituído por uma imprensa de *qualidade*, de perfil europeu e de tipo informativo que tende a apostar mais no jornalismo de investigação. Esta mudança de conteúdo acompanha um render da guarda, que se caracteriza pela afirmação de uma geração de jornalistas dotados de uma maior escolaridade em detrimento de gerações mais velhas, cuja formação profissional assentava predominantemente na *tarimba*.

II. Expansão e recomposição social dos jornalistas portugueses

1. Principais tendências de transformação social no grupo profissional dos jornalistas

Antes de apresentar os resultados do Inquérito Nacional pretende-se analisar neste ponto alguns dados fundamentais de informação sociográfica suscitados pela informação administrativa de que o Sindicato dos Jornalistas já dispunha⁵. Na primeira tentativa de análise sociográfica dos jornalistas portugueses conhecida, Paquete de Oliveira (1988:49) começava por afirmar que a população dos jornalistas portugueses era ainda diminuta, apesar do crescimento sistemático verificado desde Abril de 1974. Em Janeiro de 1988 esse número cifrava-se em 1508 profissionais, o que significava uma taxa de crescimento, em cinco anos (considerando o período entre 1983 e 1988), da ordem dos 32%. Os dados por nós apurados indicavam que o conjunto do grupo profissional se situava em 2347 jornalistas, o que representa, por sua vez, um crescimento de 36.5% em apenas dois anos e meio. O estudo de Paquete de Oliveira caracterizava ainda os jornalistas como um grupo profissional que se encontrava predominantemente na imprensa escrita, concentrado geograficamente em Lisboa, masculino e jovem. A distribuição dos 2347 jornalistas pelos principais tipos de *m.c.s* encontra-se patente no Quadro nº 1.

Quadro 1: Jornalistas com título profissional por tipos de *m.c.s*.

| Meios de Comunicação | Nº | % |
|-----------------------------|------|-------|
| T.V. | 270 | 11,4 |
| Rádio | 328 | 13,8 |
| Imprensa Escrita Diária | 763 | 32,1 |
| Imprensa Escrita Não Diária | 470 | 19,8 |
| Sem Informação | 543 | 22,9 |
| Total | 2374 | 100,0 |

Em primeiro lugar, constata-se que o SJ não tem informação precisa sobre o tipo de meio onde trabalham 543 jornalistas, ou seja, 22.9% dos jornalistas com título profissional. Verifica-se também que a distribuição por *m.c.s* é bastante desigual: no conjunto da imprensa escrita trabalham 51.9% dos jornalistas, na Rádio e TV, respectivamente, 13.8% e 11.4%. Relativamente aos dados analisados por Paquete de Oliveira, regista-se o importante decréscimo (menos 17%) do peso de profissionais da imprensa escrita (em 1988 representava 69.7%) e o pequeno crescimento (mais 2%) do peso dos profissionais na rádio (em 1980 era 11.8%).

Embora o quantitativo de 22.9%, de que o SJ não tem informação, possa enviesar a análise, talvez não seja de todo destituída de sentido a referência ao facto

de que a percentagem bastante baixa na rádio e da TV apesar da enorme expansão destes *media* nos últimos anos (sobretudo da rádio, na medida em que a SIC e a TVI ainda não estavam constituídas à data), parece indiciar não só o tipo de sistema empresarial como o regime de contrato de trabalho e de profissionalidade subjacente a estes *m.c.s.*

O quadro seguinte permite dar conta das linhas de força da distribuição geográfica dos jornalistas:

Quadro 2: Jornalistas com título profissional por região

| Região | N ^a | % |
|----------------|----------------|-------|
| A. M. Lisboa | 1203 | 50,7 |
| A. M. Porto | 329 | 13,9 |
| Resto do País | 255 | 10,7 |
| Sem Informação | 587 | 24,7 |
| Total | 2374 | 100,0 |

A concentração geográfica dos jornalistas na Área Metropolitana de Lisboa é o dado mais saliente do quadro apresentado (50.7%). De todas as formas, este número indica uma tendência para o esbatimento deste fenómeno, já que à data do estudo de Paquete de Oliveira (Janeiro de 1988) a concentração de jornalistas em Lisboa era ainda mais esmagadora — 80%. Realce-se também o número extremamente reduzido de jornalistas com título profissional fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, apesar da expansão dos *m.c.s.* verificado nomeadamente com o processo de pulverização das rádios locais. Atente-se ainda na disparidade proporcional entre os jornalistas da Área Metropolitana de Lisboa e os do Porto (mais 36.8% a favor de Lisboa). Uma vez mais, o rigor destas considerações pode estar prejudicado porque, como se constata no quadro, o SJ não possui informação sobre 24.7% dos jornalistas.

Analise-se, entretanto, a distribuição por sexos dos jornalistas portugueses (Quadro n^o 3):

Quadro 3: Jornalistas com título profissional, segundo o sexo

| Sexo | N | % |
|-----------|------|-------|
| Masculino | 1772 | 74.6 |
| Feminino | 602 | 25.4 |
| Total | 2374 | 100.0 |

Três quartos dos jornalistas com título profissional são homens. O jornalismo continua a ser uma profissão predominantemente masculina, embora o peso actual das jornalistas indique um crescimento de 5.6% em apenas dois anos e meio (em 1988 representava 19.8% da totalidade de jornalistas). Verifica-se assim a continuidade da tendência para o crescimento relativo de mulheres que acedem à profissionalidade face aos homens. A este respeito, será interessante saber, no futuro, em que tipos de *m.c.s.* e em que funções é que a presença feminina se tem tornado mais importante e qual a sua verdadeira dimensão nos jornalistas sem título profissional.

Em relação à pirâmide etária os jornalistas portugueses são novos como se patenteia no Quadro nº 4:

Quadro 4: Jornalistas com título profissional por classes etárias

| Classes etárias | Nº | % | %Acum. |
|-----------------|------|-------|--------|
| Até 29 anos | 556 | 23,4 | 23,4 |
| 30 a 44 anos | 1109 | 46,7 | 70,1 |
| + de 45 anos | 709 | 29,9 | 100,0 |
| Total | 2374 | 100,0 | ----- |

As classes etárias até aos 44 anos de idade representam 70.1% de todos os jornalistas e 23.4% tem menos de 30 anos (praticamente um quarto dos profissionais). Comparando com os dados de Janeiro de 1980, constata-se a tendência para um processo contínuo e estável do "rejuvenescimento" da profissão.

Em síntese, é possível afirmar, não só que o jornalismo se caracteriza pela juventude dos seus protagonistas, mas que tem experimentado um forte crescimento nos últimos anos que tem como base a entrada de jovens jornalistas, grande parte do sexo feminino, e implicando uma profunda reciclagem do conjunto dos profissionais. O jornalismo parece pois ser uma profissão onde se entra cedo e da qual também se sai cedo, comparativamente com outras profissões, afirmações que procuraremos confirmar mais adiante.

2. Origem social e trajectórias escolares dos jornalistas profissionais

Neste ponto apresentam-se os principais resultados de âmbito sociográfico constantes no 1º *Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses*. Não saindo fora do âmbito do estudo da caracterização social elementar dos jornalistas, interessa de imediato referir as suas origens socio-económicas, recorrendo à análise da profissão dos pais e, de forma adicional, considerando a escolaridade destes.

Quadro 5: Jornalistas com título profissional - classe do pai (a)

| Classe do pai | Nº | % | %Acum. |
|--------------------------------------|-----|-------|--------|
| Burg. Dirigente e Profissional | 70 | 29,8 | 29,8 |
| Peq. Burg. Técnica e de Enquadramen. | 52 | 22,1 | 51,9 |
| Peq. Burg. de Execução | 61 | 26,0 | 77,9 |
| Agricultores e Assal. Agrícolas | 6 | 2,6 | 80,4 |
| Operariado | 46 | 19,6 | 100,0 |
| Total | 235 | 100,0 | ----- |

(a) As percentagens referem-se ao total de respostas efectivamente obtidas. Essa a razão de discrepância entre o número total da amostra e os totais de cada quadro

A partir de uma grelha padronizada de análise das classes sociais (Almeida et al, 1988) sobressai (Quadro 5) que 29,8% dos pais dos actuais jornalistas são quadros técnicos superiores ou membros de profissões liberais, podendo ser enquadrados na *burguesia dirigente* ou na *burguesia profissional*, 22,1% têm pais localizáveis na *pequena burguesia técnica e de enquadramento*, incluindo quadros administrativos e técnicos e indivíduos que ocupam posições de chefia, 26,0% integram a *pequena burguesia de execução*, incluindo quadros escriturários e empregados da administração pública, da indústria e do comércio sem posições de chefia, 2,6% são *pequenos agricultores* ou *assalariados agrícolas* e 19,6% são *operários*. Ou seja, no conjunto, mais de 50% dos jornalistas são filhos de membros das classes médias ou superiores. Importa, contudo, assinalar que não são insignificantes os jornalistas com origem social, quer no operariado, quer nas fracções mais desprovidas de recursos da pequena-burguesia. A profissão das mães apresenta-se como pouco relevante, sendo que 57,9% são domésticas.

Quanto à escolaridade dos pais dos jornalistas atente-se no quadro seguinte:

Quadro 6: Jornalistas com título profissional - Escolaridade do pai (a)

| Escolaridade do pai | Nº | % | %Acum. |
|---------------------|-----|-------|--------|
| Ensino Básico | 96 | 34,7 | 34,7 |
| Ensino Secundário | 106 | 38,3 | 72,9 |
| Curso Médio | 18 | 6,5 | 79,4 |
| Curso Superior | 57 | 20,6 | 100,0 |
| Total | 277 | 100,0 | ----- |

(a) Ver nota do quadro nº5

Como se verifica através da leitura do Quadro 6, 20,6% dos pais dos jornalistas têm cursos superiores completos e 38,3% possuem o 12º ano ou o antigo 7º ano do liceu. A percentagem dos que apenas têm o ensino básico ou o ensino secundário incompleto é de 34,7%. É de realçar, em suma, que um número significativo dos jornalistas provém de classes médias ou superiores dotadas de capital económico e escolar, pelo que é lícito concluir que a entrada no jornalismo apenas significa uma efectiva ascensão social, considerando as origens sociais, para uma parcela não maioritária de jornalistas. Estes dados vêm também confirmar que o jornalismo, sendo uma profissão que se caracteriza pelo exercício de capacidades intelectuais, é mais acessível, sobretudo no período posterior a 1974, a indivíduos oriundos de classes médias dotadas de capital escolar. A este respeito, é curioso referir que entre as profissões dos pais, a mais representada é a de jornalista (8,9%) seguida pelos professores do ensino secundário e superior (3,4%). Partindo, porém, da caracterização do jornalismo como actividade intelectual, convém sublinhar, ainda assim, que é significativo o peso percentual de jornalistas com trajectórias intergeracionais de mobilidade social ascendente.

Para conhecer um dos vectores fundamentais da trajectória social dos jornalistas, importa referir as trajectórias escolares dos próprios, questão particularmente importante que se liga ao problema da reconversão social e ao acesso à profissão.

Quadro 7: Escolaridade dos jornalistas com título profissional (a)

| Escolaridade dos jornalistas | Nº | % | %Acum. |
|---------------------------------|-----|-------|--------|
| Até 9º ano | 26 | 8,8 | 8,8 |
| Compim. ou 12º ano | 53 | 18,0 | 26,9 |
| C. Médio ou Superior Incompleto | 133 | 45,2 | 72,1 |
| Curso Superior Completo | 82 | 27,9 | 100,0 |
| Total | 294 | 100,0 | ----- |

(a) Ver nota do quadro nº5

Como se constata no Quadro nº 7, o dado mais significativo no que diz respeito ao grau de escolaridade dos jornalistas é a elevada percentagem dos que frequentaram cursos superiores sem os acabarem (39,1%), confirmando a inclusão do jornalismo numa específica modalidade dos actuais processos de reconversão social em Portugal, na medida em que entre os jornalistas se encontra um elevado número para quem o jornalismo se configura como opção em função de *percursos escolares interrompidos*. Saliente-se ainda a percentagem de 27,9% de jornalistas que possuem licenciaturas e a de 6,1% detentores de cursos médios. De resto, 18% completaram o 12º ano ou o antigo 7º ano liceal e 8,8% apenas têm o ensino básico ou secundário (9º ano). Ou seja, 67% dos jornalistas frequentaram cursos superiores e 91,2% completaram, pelo menos, o 12º ano ou o antigo 7º ano do liceu.

Se se comparar estes quantitativos com alguns dados referentes a períodos anteriores, como os de António Santos apresentados no 2º Congresso dos Jornalistas Portugueses em 1986⁶, revelando que 75% dos jornalistas tinham habilitações literárias equivalentes ou superiores ao curso complementar dos liceus e que 44% tinham frequência universitária, fácil se torna constatar uma significativa evolução no domínio do credencialismo escolar entre os profissionais do jornalismo. Esta evolução terá sido favorecida institucionalmente quando, a partir de meados de 1982, passou a ser obrigatório o curso complementar dos liceus para o exercício da profissão de jornalista. Ela corresponde, no entanto, sobretudo às exigências crescentes em matéria de qualificações escolares por parte das entidades patronais do sector e à necessidade sentida pelos próprios jornalistas de valorizarem a profissão, o que depende da existência de escolas e universidades dedicadas ao ensino específico do jornalismo.

O número de jornalistas com formação específica em jornalismo, sobre o qual não se obtiveram dados concretos, visto que a maioria das respostas sobre esta questão não especificava o tipo de formação obtida, é presumivelmente escasso. Todavia, a percentagem cada vez maior de jornalistas licenciados e o desejo expresso pelas diversas organizações de jornalistas de que a profissão se ligue cada vez mais à universidade e se criem cursos superiores de jornalismo, faz antever não só a consumação do fim da *tarimba* como meio de formação profissional, mas também que o jornalismo deixe de ser uma opção de segunda escolha para indivíduos com percursos escolares interrompidos que procuram na profissão as hipóteses de progressão social e económica aproximada à que lhe podia conferir a posse de licenciaturas.

Por outro lado, se a tendência para o aumento da escolaridade dos jornalistas é óbvia, não deixa de ser importante realçar a heterogeneidade de antecedentes escolares patente no grupo dos jornalistas, no qual, ao contrário de profissões estabelecidas como médicos e advogados, pontificam desde elementos que apenas têm o ensino básico até licenciados. Parece evidente que a divisão entre os detentores de credenciais escolares e os jornalistas cuja aprendizagem foi a *tarimba* constitui uma potencial fonte de diferenciação no seio da profissão. Facto que, aliás, não é inédito nem exclusivo de Portugal⁷.

De facto, como se pode verificar no Quadro nº 8, que descreve a escolaridade cruzada com o número de anos de exercício da profissão, o nível de escolaridade tende a aumentar à medida que diminui o número de anos de exercício da profissão. Assim, 44,4% dos jornalistas que completaram cursos superiores exercem a profissão há menos de cinco anos, enquanto a percentagem de licenciados que exercem a profissão há mais de quinze anos é de apenas 22,2%, ou seja, é significativamente inferior. No que se refere aos jornalistas que frequentaram cursos superiores sem que os tenham completado, o panorama apresenta-se bastante semelhante. A maior percentagem de jornalistas nestas condições, ou que completaram cursos médios, verifica-se entre os profissionais que são jornalistas há menos de cinco anos (36,4%). A mesma percentagem para os que exercem a profissão há mais de quinze anos é de 26,4%. Pelo contrário, as percentagens mais

significativas de jornalistas que apenas possuem o ensino básico ou o 9º ano situam-se no escalão dos que exercem a profissão há mais de dez anos.

O cruzamento dos níveis de escolaridade com os diversos tipos de *m.c.s.*

Quadro 8: Escolaridade dos jornalistas segundo a antiguidade na profissão

| | | ESCOLARIDADE | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---------------------------|----|-------|-------------------------|----|-------|--------------------------|-----|-------|-------------------------|----|-------|------|
| | | Até 9º Ano (7,3) | | | Comp./12º Ano (18,7) | | | Médio/Sup.Inc. (44,7) | | | Sup. Completo (29,3) | | | |
| | | Nº | %C | %L | Nº | %C | %L | Nº | %C | %L | Nº | %C | %L | |
| A N T I G U I D A D E | P R O F I S S Ã O | Até 5 anos (37,0) | 5 | 27,8 | 5,5 | 14 | 30,4 | 15,4 | 40 | 36,4 | 44,0 | 32 | 44,4 | 35,2 |
| | | 6 a 10 anos (11,8) | 1 | 5,6 | 3,4 | 5 | 10,9 | 17,2 | 16 | 14,5 | 55,2 | 7 | 9,7 | 24,1 |
| | | 11 a 15 anos (24,0) | 7 | 38,9 | 11,9 | 10 | 21,7 | 16,9 | 25 | 22,7 | 42,4 | 17 | 23,6 | 28,1 |
| | | + de 15 anos (27,2) | 5 | 27,8 | 7,5 | 17 | 37,0 | 25,4 | 29 | 26,4 | 43,3 | 16 | 22,2 | 23,9 |
| | | Total | 18 | 100,0 | | 46 | 100,0 | | 110 | 100,0 | | 72 | 100,0 | |

(a) Ver nota do quadro nº5

permite afirmar que os jornalistas licenciados são mais frequentes na imprensa diária nacional e nos semanários do que nos restantes *m.c.s.*, enquanto que os jornalistas com cursos universitários incompletos estão percentualmente mais representados nas rádios locais e na televisão. Curiosamente, o peso de jornalistas cuja escolaridade apenas atinge o curso complementar dos liceus ou o 12º ano é mais acentuado na imprensa diária nacional e nas rádios de âmbito nacional, porventura devido à presença de jornalistas mais velhos e dotados de menor escolaridade, bem como na imprensa regional onde as exigências relativas à formação escolar e profissional tendem a ser menores.

Finalmente, foi possível constatar, através do cruzamento dos níveis de escolaridade com as categorias profissionais, que 46,3% dos jornalistas licenciados exercem cargos de chefia nos órgãos de comunicação social.

III. Inserção profissional e condições sociais dos jornalistas portugueses

1. Inserção profissional

A esmagadora maioria dos jornalistas (cerca de 96%) são meros assalariados sem qualquer participação no capital das respectivas empresas. Apenas 2,2% são accionistas enquanto que as percentagens de cooperantes e de sócios são inferiores a 1% dos jornalistas profissionais, o que indica que o cooperativismo, solução tentada por alguns grupos de jornalistas de órgãos da imprensa diária que foram privatizados, continua a ser uma miragem e que a participação no capital das empresas por parte de jornalistas só é viável para uma escassa minoria.

Considerando que o jornalismo é uma profissão que coloca exigências do ponto de vista da actividade intelectual e, consequentemente, de formação escolar, exigências que conforme se salientou têm tendência a aumentar, constatou-se, porém, que a maioria dos jornalistas se inicia relativamente cedo na actividade profissional (51.9% antes dos 21 anos de idade)⁸.

Estas percentagens assumem maior significado se se considerar que quase 40% dos jornalistas iniciaram a sua vida activa noutra actividade profissional transitando posteriormente para o jornalismo, enquanto que a maioria (60,4%) entrou no mundo do trabalho directamente pelo jornalismo.

No que diz respeito às condições de trabalho em que os jornalistas exercem a sua profissão, elas parecem diferir muito substancialmente consoante o tipo de meio de comunicação onde a actividade é exercida, a escolaridade dos jornalistas, a sua categoria profissional e o número de anos de exercício da profissão. Se o 1^o Congresso dos Jornalistas realizado em 1983 salientava nas suas conclusões a necessidade de combater o recurso sistemático por parte das entidades empregadoras aos colaboradores, facto que considerava restritivo do acesso de jornalistas a postos de trabalho, e sublinhava a necessidade de acabar com a prática dos contratos a prazo, já o 2^o Congresso, apesar de dedicado à análise de questões de ordem deontológica, não deixava de salientar as insuficientes condições de remuneração e segurança no emprego que os jornalistas usufruíam. Este 2^o Congresso realizou-se em meados de 1986 e de então para cá muita coisa mudou no sistema dos *media*, tendo-se agravado alguns dos factores de diferenciação social dentro do grupo profissional relativos a questões sócio-profissionais. Deste modo, os documentos que serviram de base à discussão no 1^o Encontro Nacional de Jornalistas, realizado em Março de 1991, destacavam as fortes discrepâncias de salários entre jornalistas com a mesma categoria profissional pertencentes a diferentes empresas, realçava as precárias condições laborais dos "menos iguais", os tarefeiros e colaboradores que existem cada vez em maior número e cuja utilização se tornou uma regra nos diferentes *m.c.s*, e lembrava a emergência do desemprego provocada pelo encerramento de alguns jornais e privatização de outros.

2. Condições sociais

Naquele referente, importa considerar as indicações fornecidas pelo inquérito sobre as condições sociais de trabalho dos jornalistas. Desde logo, foi possível constatar que 12,8% dos jornalistas com título profissional não pertencem aos quadros das empresas onde exercem a sua actividade profissional principal. Quanto ao tipo de contrato que rege as relações de trabalho no emprego principal, verifica-se que 45,5% dos jornalistas estão abrangidos por contratos colectivos de trabalho, 27,7% por contratos de empresa, enquanto que 19,4% têm contratos individuais (em grande parte a prazo) e, finalmente, 7,3% pura e simplesmente não estão abrangidos por qualquer tipo de contrato. Não sendo possível retirar ilações definitivas destes dados, parece-nos contudo ser possível colocar a hipótese de que a maioria dos contratos individuais são a prazo e se aplicam principalmente a tarefeiros e estagiários e que a inexistência de contrato se refere a situações de colaboração quase sempre regular.

Parece assim ser significativa a percentagem de jornalistas que vivem situações de insegurança por não pertencerem aos quadros das empresas para quem trabalham ou por estarem abrangidos por contratos a prazo, situação que abrange principalmente colaboradores e tarefeiros, bem como o facto de quase 85% dos jornalistas se manifestarem parcialmente ou nada satisfeitos com os respectivos contratos de trabalho.

Outro potencial motivo de insatisfação de tão grande número de jornalistas relaciona-se, decerto, com o número de horas de trabalho efectivamente realizado. A maioria dos jornalistas (60%) afirmou cumprir uma média normal de 7 horas diárias de trabalho ou de 8 horas (20%) e cerca de 80% têm um horário flexível. Muitos cumprem, porém, horas extraordinárias de trabalho que nem sempre são remuneradas. Com efeito, apurou-se que 26,7% dos jornalistas fazem habitualmente horas extraordinárias nas empresas principais em que trabalham e mais 35% fazem-no, ocasionalmente. Mas, 73,2% dos jornalistas que trabalham para além do horário normal declaram que essas horas realizadas não são remuneradas⁹.

Não admira assim que muitos jornalistas acabem por optar por uma estratégia de acumulação de empregos como forma de melhorar as suas condições de vida, ao invés de se orientarem para uma reconversão profissional sempre difícil considerando o seu grau de habilitações e de experiência profissional e a escassa mobilidade de emprego existente em Portugal. Talvez resida aí, bem como no grau de realização profissional e satisfação moral que a profissão pode proporcionar, aspectos que não se abordam neste trabalho, a explicação para a elevada percentagem de jornalistas que afirmou pretender continuar no jornalismo, apesar da relativa insatisfação com a sua inserção profissional.

IV. As linhas de estratificação interna do grupo profissional dos jornalistas

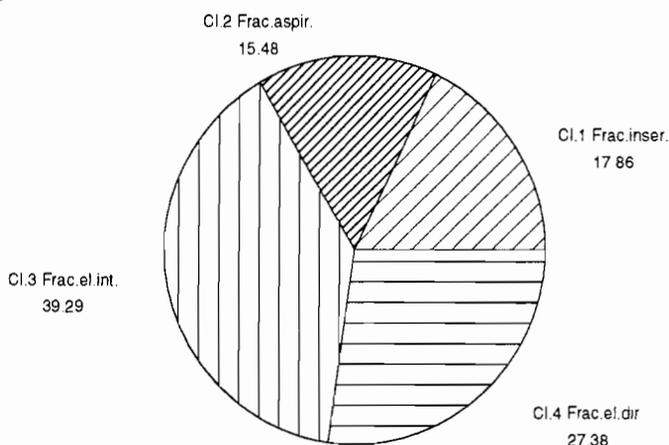
O processo de expansão e recomposição social analisado, emergente dos movimentos de transição e transformação no sistema global dos *media*, impõe a pertinência de aceder ao quadro de relações sociais diferenciadas do grupo profissional, no sentido de procurar identificar conjuntos demarcados pelas suas inserções sociais *objectivas*, tendo também presente os principais aspectos do *perfil sociográfico* traçado nos pontos anteriores. Trata-se, afinal, de tentar definir as linhas de estruturação social mais decisivas e de quantificar o peso de cada fracção no conjunto dos jornalistas. Recorreu-se, no quadro das análises multivariadas, à análise classificatória (de *clusters*) que consiste na criação de grupos muito diferenciados entre si, embora com elevada homogeneidade interna¹⁰.

Na análise efectuada, a partição em quatro classes foi a que se mostrou mais adequada. O resultado da análise encontra-se no Gráfico 1.

A caracterização dos *clusters*, realizada a partir das variáveis mais sobre-representadas em cada um dos grupos, permite definir nos jornalistas duas fracções de menores recursos (*clusters* nº 1 e nº 2) e duas fracções de elite (*clusters* nº 3 e nº 4).

O primeiro *cluster*, com um peso de 17.86%, define uma primeira *fracção de jornalistas inseridos na profissão embora em início de carreira*. São os jornalistas com 3 a 5 anos de antiguidade na profissão, 26 a 30 anos de idade, com a categoria profissional do 1º ao 3º grupo, caracteristicamente do *sexo feminino*, com um rendimento situado entre os 60 a 90 mil escudos e que trabalham fundamentalmente na *imprensa diária nacional*.

Gráfico 1



O segundo *cluster*, com 15.48%, classifica uma *fracção de aspirantes ao jornalismo*, que surgem caracterizados por deterem o rendimento mais baixo (*até 60 contos*), serem os mais novos (*grupo etário até aos 25 anos de idade*), por entrarem na profissão via *rádios locais ou imprensa regional*, por contarem naturalmente com a mais pequena antiguidade (*2 anos no jornalismo*) e por ainda serem *estagiários*.

O terceiro *cluster*, com 39.29% de todos os efectivos, sugere a configuração de uma primeira *fracção de elite, uma geração intermédia de jornalistas com 6 a 10 anos ou 11 a 15 anos de antiguidade na profissão, com 31 a 40 anos de idade*, exercendo cargos de *chefia* e que trabalham nos meios *audiovisuais*.

Finalmente, o quarto *cluster*, com 27.38%, revela outra *fracção de elite produto da antiguidade na profissão e detentora de lugares de direcção*. Esta fracção aparece definida por indicadores reveladores de jornalistas que entraram na profissão *há mais de 15 anos*, construíram a sua profissionalidade na *tarimba*, são os *mais velhos*, caracteristicamente do *sexo masculino e possuem capital na empresa*.

V. Elementos para o estudo da ideologia profissional dos jornalistas portugueses

Tal como ocorre com outros grupos profissionais, também os jornalistas portugueses são portadores de um quadro de representações em termos de *paradigmas deontológicos* sobre a sua esfera de actividade, o qual estrutura e integra a sua *ideologia profissional*. Tais paradigmas dizem respeito ao conjunto de valores, normas e regras de conduta que pautam o desempenho profissional.

Neste ponto pretende-se analisar o posicionamento dos jornalistas face a um conjunto de avaliações, classificações e apreciações reportáveis ao quadro jurídico-constitucional, normativo-legal e ético-deontológico do jornalismo. Em concreto, formularam-se um conjunto de perguntas sobre o Estatuto dos Jornalistas, a Lei da Imprensa e as situações de incompatibilidade determinadas pelo Código Deontológico, e que remetem para a proibição de funções de natureza publicitária, de relações públicas, policiais, militares e governativas. O fio condutor desta parte do estudo tem como base a ideia de que estes elementos da ideologia profissional dos jornalistas portugueses tem repercussões consideráveis na definição dos seus papéis, das suas competências profissionais e da sua imagem pública.

Tendo-se procedido ao estudo da associação entre as variáveis relativas às inserções sociais e às representações ético-deontológicas, constatou-se a inexistência de relação estatisticamente significativa. Isto é, o facto de existirem, por hipótese, mais jornalistas de uma categoria profissional a afirmar que o exercício de uma determinada actividade não deveria ser considerada como incompatível com a profissionalidade jornalística remetia para as flutuações aleatórias da distribuição. Não surpreende, portanto, ao serem projectadas tais variáveis sobre um

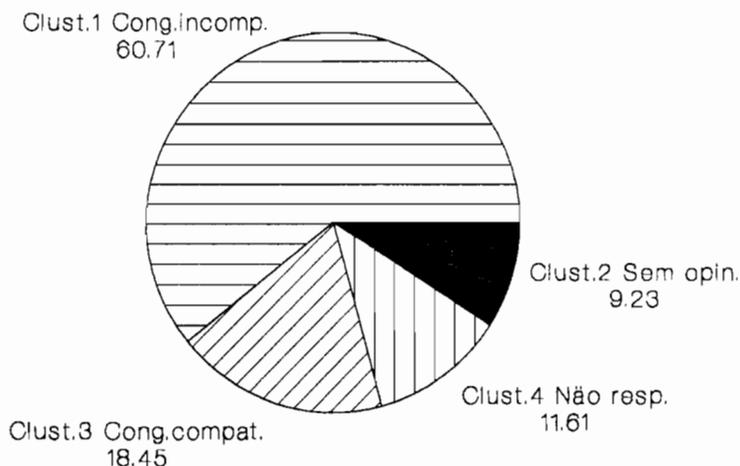
plano factorial, que se tenha verificado a sua localização no centro do plano, o que revela serem comuns à grande maioria dos jornalistas. Deste modo, o facto de se concordar muito, pouco ou nada com o Código Deontológico, com o Estatuto do Jornalista e o facto de se pensar que um determinado número de actividades profissionais são ou não incompatíveis com a profissionalidade jornalística (as questões que estavam em jogo), constitui algo que não demarca cada uma das fracções definidas, o mesmo é dizer, que se trata no plano das configurações ideológicas de algo sociologicamente consensual entre os jornalistas.

Por sua vez, procedendo-se à análise classificatória das respostas dos jornalistas relativamente ao quadro ético-deontológico, os resultados indicaram a configuração de quatro *clusters* (Gráfico nº2), sendo que 60.71% dos jornalistas afirmam uma posição maioritária no sentido da *congruência estrutural* entre todas as actividades consideradas como incompatíveis. Apenas 18.45% do universo desenha uma posição em que o conjunto das actividades definidas pelo seu Código Deontológico como incompatíveis *não o deveriam ser*. O *cluster* que caracteriza a opção pela não resposta surge com o peso de 11.61% e o indicativo dos *sem opinião* detém 9.23%.

Por outro lado, a consideração das frequências relativas reportáveis às avaliações sobre o quadro legal e ético-normativo da profissão permitiu concluir:

a) Relativamente ao quadro jurídico-legal (Lei da Imprensa e Estatuto do Jornalista) e normativo-ético (Código Deontológico e Regulamento da carteira profissional), a opinião dos jornalistas é largamente favorável e quase hegemónica, pois que se situa entre os 73% e os 80%. Realce-se que os maiores valores de concordância dizem respeito justamente à adequação do Código Deontológico (80% concordam totalmente ou em parte contra 14% que respondem «pouco» ou «nada») e à Regulamentação da carteira profissional (77% contra 9%). Note-se

Gráfico 2



ainda que entre 6 a 10% dos jornalistas responderam *carecer de dados para emitir opinião*, ou seja, que provavelmente não conhecem tais instrumentos.

b) Quanto às opiniões sobre se o exercício do jornalismo deve ser considerado incompatível com o conjunto de actividades profissionais constantes do Inquérito (e do Estatuto dos Jornalistas), as posições maioritárias são sempre largamente favoráveis à afirmação da incompatibilidade, exceptuando o caso do exercício da advocacia. As profissões que são consideradas mais incompatíveis com a profissionalidade jornalística são, de forma decrescente, o trabalho nos *media* das Forças Armadas ou policiais (85% contra 15%), em cargos de designação governamental (85% contra 15%), o exercício da publicidade (83% contra 17%), o cargo político de deputado (78,5% contra 21,5%), os *media* dos partidos políticos (74% contra 27%), as relações públicas e assessorias (73% contra 27%), o cargo de autarca (72% contra 28%), os *media* do Estado (71% contra 29%) e das autarquias (65% contra 35%).

As actividades profissionais consideradas incompatíveis com o jornalismo, mas em que a profissão tem uma posição mais dividida, são o trabalho nos *m.c.s.* das igrejas (em que 42% opina não ser incompatível face a 58% que opina o contrário), nos *m.c.s.* das empresas (41% respondeu não ser incompatível face à posição contrária com 59%), e nos *m.c.s.* dos clubes desportivos (40% afirmou não ser e 60% que sim). Finalmente, como já se disse acima, os jornalistas posicionaram-se maioritariamente contra o facto de se considerar o exercício da advocacia como sendo incompatível com a profissionalidade jornalística: 63% responderam não ser incompatível e 37% afirmaram a posição contrária.

Resulta, assim, desta sumária análise que no plano de algumas das configurações mais importantes da ideologia profissional dos jornalistas existe um largo consenso sobre os instrumentos jurídico-legais e ético-deontológicos (consenso largamente reafirmado na recente votação de um novo Código dos jornalistas). Vale a pena sublinhar ainda que o grande consenso em torno da questão das actividades profissionais incompatíveis com a profissionalidade jornalística, surge extremamente afirmado nas actividades ligadas à publicidade, às relações públicas, assessorias e às políticas, e menos afirmado nas que se encontram mais ligadas às novas formas mediáticas utilizadas pelas empresas e pelas instituições desportivas.

VI. Conclusão

O actual contexto de transformações quantitativas e sociológicas da profissão de jornalista, descrito ao longo deste estudo e caracterizador de um processo de diferenciação interna, não parece surgir acompanhado por um idêntico processo de mudanças e diferenças significativas no plano simbólico. Essa parece constituir uma modalidade de resposta, defensiva sem dúvida, da maioria do grupo profissional dos jornalistas às rupturas implicadas na dinâmica dos mais recentes desenvolvimentos da comunicação social portuguesa, marcados pelo início do pleno desenvolvimento dos fenómenos de liberalização do sector, de concentração empresarial *multimedia*, de concorrência capitalista, de internacionalização dos

capitais e do impacto das novas formas de edição electrónica/informática. Fenómenos estes que, sendo subjacentes aos, e tendo agido nos processos de recomposição social da profissão, estratificaram-na profundamente (formação de fracções de elite e de zonas de precaridade e mesmo de desprofissionalização), possibilitando-lhe todavia um maior peso e visibilidade no espaço público (vejam-se os recentes conflitos com o poder político) e tendem quer a desarrumar quer a reorganizar drasticamente, sobre outros princípios, o grupo profissional.

Deste modo, o alto grau de consensualidade em redor do sistema reportável à ideologia profissional, deve ser interpretado por referência à estratégia de legitimação profissional prosseguida pelos jornalistas. A interpretação que tais resultados propiciam vão no sentido do actual quadro de instrumentos normativo-legais e ético-deontológicos serem parte constituinte e enformadora da *configuração ideológica-profissional* dos jornalistas portugueses, em redor da qual a profissão procura a sua legitimação. Sendo certo que algumas dimensões desta esfera não parecem acompanhar a delimitação, por si só, das fracções de classe detectadas nos jornalistas (pelo menos através do instrumento aplicado e do tipo de análise efectuada), o conjunto de resultados a que se chegou parece indicar algumas das configurações simbólicas através das quais este grupo profissional pretende prestigiar a sua profissão, lutar por uma maior autonomia no sistema dos *media* e no sistema social e melhorar a sua posição na sociedade ao desenvolver estratégias de defesa e fechamento social através do controlo da quantidade e do tipo de aspirantes e integrantes do jornalismo.

Notas

- 1 A iniciativa pioneira que conduziu à realização do 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses foi da responsabilidade de José Manuel Paquete de Oliveira, coordenador do Seminário de sociologia da comunicação da licenciatura em Sociologia do ISCTE e autor das primeiras análises sociológicas dos jornalistas portugueses (1988). No quadro do protocolo entre o ISCTE e o SJ foi constituído um grupo de trabalho que compreendia sete alunos finalistas de Sociologia do ISCTE, no qual se integravam os autores deste artigo, que trabalhou, na concepção do inquérito, com elementos do gabinete de estudos do Sindicato. A testagem, o trabalho de campo e a supervisão da aplicação do inquérito foi da responsabilidade conjunta do grupo de trabalho ISCTE-SJ. A revisão, codificação e informatização dos dados foi realizada, sob a orientação do grupo de trabalho do ISCTE, por um grupo de colaboradores pagos para esse efeito. A construção da amostra foi da responsabilidade exclusiva do grupo de trabalho do ISCTE, em cujo processo colaboraram amigavelmente Ana de Saint-Maurice e Ana Cristina Ferreira, docentes do ISCTE. A análise dos dados foi realizada pelos autores deste artigo, com a ajuda amiga de Rui Brites e Pedro Moura Ferreira, o primeiro, docente do ISCTE e o segundo investigador do ICS. O grupo de trabalho do ISCTE e os autores deste artigo trabalharam sem qualquer retribuição pecuniária. Os resultados do inquérito foram, numa primeira fase, objecto de um relatório preliminar apresentado ao 1º Encontro de Jornalistas (1991). Numa segunda fase constituíram matéria de análise das dissertações de licenciatura em Sociologia no ISCTE, sob a orientação de Paquete de Oliveira, por parte dos autores do presente artigo. Em Julho de 1991, Luís Garcia defendeu *Os jornalistas à procura de (uma) legitimidade. Elementos para o estudo da ideologia profissional dos jornalistas portugueses* (em cuja orientação participou também António Firmino da Costa) e em Setembro do mesmo ano José Castro defendeu *Jornalistas: entre o Sindicato e a Ordem*. A todos que possibilitaram, colaboraram e apoiaram a realização de um

- estudo que só agora pode prosseguir firmemente, queremos expressar os melhores agradecimentos. Um agradecimento particular para os jornalistas que responderam ao inquérito.
- 2 A amostra foi construída apenas para o universo dos jornalistas portugueses com título profissional, já que sobre os jornalistas que não possuem carteira profissional não existem quaisquer dados. Para melhor compreender esta opção e antes de descrever o processo de construção da amostra, importa considerar a regulamentação do acesso à profissão. A emissão da carteira profissional é, por lei, da competência da organização sindical dos jornalistas, não podendo depender da qualidade de sindicalizado do requerente. Por esta razão, o Sindicato dos Jornalistas sindicato único de âmbito nacional possui os elementos de identificação daqueles jornalistas que lhe requerem a carteira profissional, não tendo qualquer controlo sobre os que exercem a profissão fora do enquadramento legal. Sobre estes últimos, de todas as formas, presume-se que podem representar uma dimensão significativa, sobretudo em alguns órgãos de comunicação social que contam com trabalhadores em situação de precaridade impedindo-os de requerer a carteira profissional, nomeadamente na imprensa regional e nas rádios locais. O acesso à profissão não impõe qualquer habilitação escolar específica em Portugal. O método de selecção da amostra escolhido foi o da amostra probabilística. No quadro da construção da amostra optou-se por uma amostra estratificada proporcional em que se agruparam os elementos do universo de acordo com os indicadores de região, sexo e idade. Construíram-se estratos homogéneos no seu interior e heterogéneos entre eles, tendo representado na amostra cada um destes estratos com um peso idêntico ao que assumiam na população. O nível de confiança é de 95.5%, isto é, admite-se um erro máximo de 0.05%. Ao recorrer-se à fórmula apropriada para populações finitas, o universo amostral definido foi de 336 questionários.
 - 3 O exame detalhado da situação laboral, das estratégias profissionais e das aspirações dos jornalistas quanto ao exercício da sua profissão foi já apresentado noutros estudos anteriores (Garcia e al., 1991; Garcia e Castro 1993). Neste último texto, sob a forma de comunicação ao 2º Congresso Português de Sociologia, intitulado "Os produtores de opinião pública: entre o grupo profissional e o grupo de status", tentava-se ainda identificar as diferentes representações que os jornalistas têm do grupo social que constituem, apresentando-se também uma primeira hipótese sobre as linhas de clivagem resultantes de posicionamentos distintos ao nível das inserções objectivas.
 - 4 Entre as propostas existentes de identificação das fases marcantes da comunicação social portuguesa, o breve esboço analítico que se propõe no presente artigo e que se encontra direccionado fundamentalmente para o âmbito específico do subsistema dos agentes produtores de opinião pública, encontra-se a par, embora sem o mesmo detalhe, do que realiza José Manuel Paquete de Oliveira (1992: 1000-1002), quando identifica seis fases evolutivas da comunicação social em Portugal entre 1974 e a actualidade, designando-as da libertação, estatização, legislativa, crise económico-financeira, pulverização das rádios livres e desestatização/reprivatização.
 - 5 Estes dados estiveram na base da construção da amostra para o Inquérito Nacional.
 - 6 Cf. Congresso (II) dos Jornalistas Portugueses (1986).
 - 7 Ver a este respeito o estudo de Johnstone et al. (1976) sobre os jornalistas americanos.
 - 8 Como se disse na Introdução deste artigo os dados do inquérito nacional aos jornalistas relativos às trajectórias e às expectativas profissionais, bem como às estratégias laborais, foram já objecto de análise (Garcia e Castro, 1993). Quanto ao modelo de percurso profissional dos jornalistas afirmava-se: "o conjunto de dados que se acaba de apresentar permite concluir que a maioria dos jornalistas tende a iniciar a sua vida activa relativamente cedo e, embora três quintos iniciem a vida profissional como jornalistas, uma parte significativa inicia-se noutra actividade e transita posteriormente para o jornalismo, passo que corresponde a uma forma de ascensão social."
 - 9 Outra questão importante integrante da descrição sociográfica das condições sociais da profissão de jornalista, e que repercute no grau de satisfação com os contratos de trabalho, relaciona-se com o nível das remunerações, já analisadas em Garcia e Castro (1993). Importa considerar, no entanto, que este elemento encontra-se-á ainda presente neste artigo, no quadro dos elementos que permitem a definição das linhas de estratificação social dos jornalistas.
 - 10 A detecção e a análise das linhas de segmentação social dos jornalistas foi realizada apenas com base nas variáveis de inserção social objectiva na medida em que só a essas se lhes encontrava subjacentes os modelos teóricos multidimensionais actualmente padronizados (Almeida, 1981; Costa, 1987). A presente análise prolonga e corrobora uma primeira hipótese de definição do quadro de diferenciação e segmentação estrutural dos jornalistas a partir das relações sociais objectivas, com recurso à análise factorial de correspondências múltiplas. O recurso à análise factorial de

correspondências múltiplas derivou do propósito de conhecer o papel que as variáveis e as relações entre as variáveis desempenhavam na caracterização e na classificação dos jornalistas. Com efeito, a vantagem desta técnica reside na possibilidade de reduzir num pequeno conjunto de dimensões toda a informação contida nas diferentes variáveis. Por sua vez, a vantagem da análise classificatória remete para a possibilidade de classificação de objectos e pessoas sem condições prévias, considerando apenas as semelhanças e as diferenças entre elas sem conceptualizar previamente critérios de inclusão em qualquer agrupamento. O processo de partição em grupos depende do critério do investigador em termos da melhor caracterização da estrutura de uma dada população. O programa informático usado foi o SPAD.N (versão 1.2), tendo sido utilizado os procedimentos SEMIS e DECLA.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINI, Angelo (1984), "La Tematizzazione. Selezione e memoria dell'informazione giornalistica", in *Problemi dell'informazione*, nº4.
- ALMEIDA, João Ferreira de, (1981) "Alguns problemas da teoria das classes sociais", *Análise Social*, nº 66.
- ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino de, MACHADO, Fernando Luís, "Famílias, Estudantes e Universidade", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº4, 1988.
- ARENDT, Hannah (1959) *The Human Condition*, New York, Doubleday Anchor Book.
- CASTRO, José (1991) *Jornalistas : Entre o Sindicato e a Ordem*, dissertação de licenciatura em Sociologia da Comunicação, ISCTE.
- CONGRESSO (I) dos Jornalistas Portugueses (1982) *Liberdade de expressão da liberdade - Regulamento*, Lisboa, Sindicato dos Jornalistas.
- CONGRESSO (II) dos Jornalistas Portugueses (1986), *Relatório síntese dos debates - Conclusões finais*, Lisboa, Sindicato dos Jornalistas.
- COSTA, António Firmino da (1987) "Novos Contributos para velhas questões da teoria das classes sociais", *Análise Social*, nº98.
- GANS, H. (1979) *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*, Nova Iorque, Pantheon Books.
- GARCIA, Luís (1991) *Os jornalistas à procura de (uma) legitimidade. Elementos para o estudo da ideologia profissional dos jornalistas portugueses*, dissertação de licenciatura em Sociologia da Comunicação, ISCTE.
- GARCIA, Luís e CASTRO, José (1993) "Os Produtores de Opinião Pública: entre o Grupo Profissional e o Grupo de Status", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), no prelo.
- GARCIA, Luís, CASTRO, José, GONÇALVES, Conceição, GRILO, António (1991) "Relatório Preliminar do 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses", Lisboa, Sindicato dos Jornalistas.
- GOLDING, P. e ELLIOT P. (1979) *Making the News*, Londres, Longman.
- GROSSI, Giorgio (1985) "Professionalità giornalistica e costruzione sociale della realtà", in *Problemi dell'informazione*, X/3.
- JOHNSTONE, John W. C. e altri (1976) *The News People*, London, University of Illinois Press.
- LUHMANN, Niklas (1978) *Stato di diritto e sistema sociale*, Nápoles, Guida.
- LUHMANN, Niklas (1993) *A Improbabilidade da Comunicação* (selecção e apresentação de João Pissarra), Lisboa, Vega.
- MESQUITA, Mário (1988) "Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975", *Comunicação e Linguagens*, nº 8.
- PAQUETE DE OLIVEIRA, José Manuel (1988) *Formas de Censura Oculta na Imprensa Escrita em Portugal no pós 25 de abril (1974- 1978)*, Lisboa, Tese de Doutoramento, ISCTE.
- PAQUETE DE OLIVEIRA, José Manuel (1992) "A integração europeia e os meios de comunicação social", *Análise Social*, vol. XXVII (118-119), 995-1024.
- ROSITI, Franco (1982) *I modi dell' argomentazione e l'opinione pubblica*, Turin, Eri.

- SAPERAS, Enric (1987) *Los efectos cognitivos de la comunicación de masas*, Barcelona, Ed. Ariel.
- TUCHMAN, Gaye (1978) *Making News. A Study in the Construction of Reality*, Nova Iorque; Free Press.
- WOLF, Mauro (1985) "La Ricerca Mediologica e la Professionalità Giornalistica", *Problemi dell'Informazione*, Anno X, nº 3.
- WOLF, Mauro (1987) *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Presença.